

Comunicação apresentada ao Colóquio Internacional: **Arquivos de família, séculos XIII-XIX: que futuro?** Lisboa, 29 e 30 de Outubro de 2010. Organização: Instituto de Estudos Medievais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Direcção-Geral de Arquivos (DGARQ). Texto em desenvolvimento para publicação em suporte de papel, a cargo da organização.

**Título: "O arquivo dos Canto e Castro: documentos, informação e história de uma família açoriana dos séculos XVI a XIX".**

Rute Dias Gregório,

Centro de História de Além-Mar,  
Universidade dos Açores e Universidade Nova de Lisboa  
[rute@uac.pt](mailto:rute@uac.pt)  
<http://rutegregorio.wordpress.com>

**Sumário:** O que se poderá designar por *Cartório dos Canto e Castro* é composto por um apreciável conjunto documental relativo à 1ª e 2ª linha de descendentes de Pero Anes do Canto (c. 1473-1556), vimaranense e povoador de 3ª vaga da ilha Terceira (Açores). As histórias administrativa/familiar e custodial/arquivística da documentação em parte acham-se reconstruídas por estudo da autora datado de 2000. O resgate *in extremis* dos documentos em 1888 e a integração, por verbas testamentárias e após 21 de Agosto de 1900, na Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada - Fundo Ernesto do Canto foram contingências determinantes para a actual conservação e uso. O instrumento de acesso ao acervo, disponível ao público, *grosso modo* numera as respectivas unidades de instalação (liv. e mc), reconhecendo-se ali alguma numeração sequencial dos conjuntos documentais pertencentes às que poderão ser tomadas por secções do fundo. Esta organização inadvertidamente dispersa o dito Cartório em seis unidades: *Casa de Miguel Canto e Castro*, *ilha Terceira* ou *Manuscritos da Casa Miguel Canto e Castro* (nºs 3 a 19), *Tombo das escrituras de compras e cartas de sesmaria por Pedro Anes do Canto* (nº 20), *Colecção de papeis originais por Pedro Anes do Canto e António Pires do Canto* (nº 20A), *Documentos relativos às ilhas do Faial, S. Miguel e Terceira* (nº 22), *Provedores das Armadas da Terceira* (nº 78) e ainda por alguns documentos nos maços da chamada *Colecção de documentos originais* (nºs 84 a 109). Por ter sido desrespeitado o princípio de proveniência e da organização original do fundo em presença, hoje torna-se imperativo reconstituir intelectualmente a organização e composição deste cartório, bem como proceder à respectiva publicitação. A importância social dos Canto (depois Canto e Castro) desde os inícios do século XVI até ao século XIX, o testemunho exemplar das estratégias de afirmação social e patrimonial da família, o exercício exclusivo do cargo de Provedores das Armadas pelos seus membros, a riqueza do acervo composto por documentos que remontam ao século XV e que não se cingem à geografia do arquipélago, continuam a ser razões suficientes para se dar continuidade aos estudos multidisciplinares sobre este arquivo, em prol do conhecimento e da salvaguarda das potencialidades dos fundos arquivísticos de família, portugueses e de além-mar.

**Palavras-chave:** Canto e Castro; Arquivo de Família; Organização de Fundos; Acesso aos Arquivos; Açores

**Title:** "The family archive Canto e Castro: documents, information and history of an Azorean family, XVI to XIX century".

**Abstract:** What we designate by the Canto e Castro's family archive consists in a reasonable group of documents about the descendants in 1<sup>st</sup> and 2<sup>nd</sup> line of Pero Anes do Canto (c. 1473-1556). Natural of Guimarães, the family patriarch belong to a third-generation of Azorean settlers, who have reached the archipelago in the early sixteenth century. The administrative, historical and custodial history of this documentation was partially reconstructed by an author's study of 2000. The rescue of the documents *in extremis* in 1888 and his integration at the Public Library and Regional Archives of Ponta Delgada in Ernesto do Canto's Fond was decisive for the current conservation and use. The available access instrument (in paper support) numbers the respective units of description (in books and "archives packs" format) in which is possible to recognize some sequential numbering of documents belonging to units we could take by sub-groups (or better by the Portuguese description level named "secções"). This organization inadvertently disperse the family archive in six units: *Casa de Miguel Canto e Castro*, *ilha Terceira* ou *Manuscritos da Casa Miguel Canto e Castro* (No 3-19), *Tombo das escrituras de compras e cartas de sesmaria por Pedro Anes do Canto* (No 20), *Colecção de papeis originais por Pedro Anes do Canto e António Pires do Canto* (No 20A), *Documentos relativos às ilhas do Faial, S. Miguel e Terceira* (No 22), *Provedores das Armadas da Terceira* (No 78) and even by some documents in files ("archives packs" format) of the called *Colecção de documentos originais* (No 84-109). For not having respected the principle of provenance and the principle of original order of the fond, today it is imperative to reconstruct intellectually the organization and composition of this archive, as well to promote their publicity. The social importance of Canto's family (later Canto e Castro) since the early sixteenth century until the nineteenth century, the exemplar family testimony for social affirmation strategies, the exclusive exercise of the Armed Providers office by its members and the fond richness still sufficient reasons to continue developing multidisciplinary studies on these documents/information, towards the knowledge and safeguarding of the Portuguese and overseas historical family archives.

**Keywords:** Canto e Castro; Family Fonds; Organization Fonds; Access to Archives; Azores

Os arquivos também têm história e a sua história é a da entidade/pessoa/família que os produziu e a das vicissitudes, como no caso presente, que o fim da entidade produtora significou.

O arquivo da família Canto e Castro / Provedores das Armadas foi criado pelo fundador da Casa, Pero Anes, escudeiro, vimaranense que no cargo de escrivão da Visitação do Mestrado de Cristo já se encontrava nas ilhas dos Açores em 1505<sup>1</sup>.

Desconhece-se se a respectiva fixação no arquipélago, mais concretamente na ilha Terceira, nasceu de projecto antecipado ou se decorreu da percepção das potencialidades e de oportunidade que a Visita às ilhas configurou. Sabido é sim que em 1505 Pero Anes está a comprar terra na área dos actuais Biscoitos (ilha Terceira), localidade que acabaria por se fundar no seio da sua propriedade do Porto da Cruz, ainda em sua vida designada por Quinta de São Pedro<sup>2</sup> [a qual localidade emergia pela primeira vez nos documentos em 1523 como *pouoraçom dos byscoytos do porto da cruz que he de pero anes do quamto*<sup>3</sup>].

Esta quinta, com muitas outras propriedades na ilha Terceira, rivalizou inicialmente com a área de Nossa Senhora dos Remédios em Angra - onde o filho construiu ermida e o neto transformou em solar de família -, no papel de centro, um rural e outro urbano, do vínculo instituído na linha do primogénito António Pires do Canto.

É pois esta linhagem e administração, associada à incorporação e gestão de bens trazidos pelos casamentos nas diversas gerações, de bens provenientes por herança de outras linhas familiares sem descendentes directos, e particularmente ligada ao exercício da função de provedor das armadas das ilhas dos Açores, que determinam o nascimento e a organicidade do arquivo Canto e Castro. Primogenitura, instituição vincular, ofício, linhagem e património são, assim, os principais vectores de estruturação/sustentação

---

<sup>1</sup> Rute Dias Gregório – *Pero Anes do Canto: um homem e um património (1473-1556)*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2001, p. 22-29.

<sup>2</sup> Rute Dias Gregório – “Uma exploração agro-pecuária terceirense (1482-1550). Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2001, particularmente da p. 15 em diante. Separata da *Arquipélago – História*. 2ª série, vol. V (2001) pp. 13-50. Disponível online.

<sup>3</sup> Em 1506 já existe um *loguo que se chama o porto da cruz*, em 1523 emerge a designação de *prouoraçom dos byscoytos do porto da cruz*. Cf. Rute Dias Gregório – “Uma exploração agro-pecuária...”... ob. cit. , p. 15.

desta Casa nobiliárquica (como de outras), os quais são reflectidos nos múltiplos registos escritos que compuseram o respectivo sistema de informação.

Na criação do arquivo estiveram, sem dúvida, propósitos de acumulação e boa gestão (hoje diríamos “boas práticas” de gestão) dos bens, como é prova o designado por *Tombo de Pero Anes do Canto*, feito pelo próprio fundador da Casa em 1515 e com o título, hoje muito truncado, de *jm[uent]ayro das seprturas da [...] nas jlhas dos açores arroladas [...] a [...] per mjm pero anes do c[n]to no mês de Janeiro da era de m[ill]*<sup>4</sup>.

Já a continuidade e conservação do arquivo acabou por ser determinada no e pelo que a terminologia jurídica mais tardia veio a designar por *morgadio*. Na instituição deste, entre os mais princípios e condições obrigatórios aplicáveis aos administradores/sucessores (varonia, primogenitura, legitimidade, indivisibilidade, inalienabilidade, memória), o instituidor estabelece muito claramente a obrigação de manter o designado por *cartório*. Ou seja, manutenção e vigilância do arquivo surgem como condição *sine qua non* da preservação do vínculo instituído por Pero Anes do Canto<sup>5</sup>. Como se sabe, dentro de um todo complexo composto por várias partes, este costuma ser um dos quesitos habituais das instituições vinculares. E tal faz o arquivo constituir-se, também ele, num elemento essencial da função que se reconhece às instituições vinculares e se designa por “reprodução material e simbólica das famílias”<sup>6</sup> (garantia da perenidade da família, da estrutura linhagística e da preservação material).

No caso particular que aqui nos traz, a condição peremptória de organização e conservação do arquivo familiar estende-se aos três descendentes de Pero Anes do Canto, para os quais instituiu outros tantos vínculos. Mas a esta Casa, a do primogénito, também dita dos provedores das armadas, em finais do século XVI ainda incorpora a do filho secundogénito. De seu nome João da Silva do Canto, a sua linha terminava sem herdeiro directo por morte da célebre Violante do Canto, símbolo da resistência (quem sabe se sem alternativa!) insular, terceirense em particular, ao domínio filipino<sup>7</sup>.

---

<sup>4</sup> Rute Dias Gregório – “Documentos do Fundo Ernesto do Canto...”, ob. cit., p. 318.

<sup>5</sup> BPARPD. FEC: CPPAC, nº 9, fl. 24v-25. Ver, também, Rute Dias Gregório – *Pero Anes do Canto...* ob. cit., p. 288.

<sup>6</sup> José Mattoso no Prefácio de Maria de Lurdes Rosa – *O morgadio em Portugal, sécs. XIV-XV*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p. 14.

<sup>7</sup> Morre em Lisboa, a 17 de Novembro de 1599. Cf. Rute Dias Gregório – “Violante do Canto: vislumbres da mulher e do seu património”. In *Violante: 450 anos no nascimento de D. Violante do Canto* –

Por tal razão estamos também, e a partir de Novembro 1599, no âmbito da construção de uma Casa que funde os morgadios da 1ª e 2ª linhas de Pero Anes do Canto, tendo-se formado a partir daí a por vezes designada *maior casa das ilhas*. Na sucessão directa de várias gerações acabar-se-ia por extinguir em finais do século XIX, com a morte, em 14 de Outubro de 1888, de Miguel Luís do Canto e Castro da Silva Ataíde e, 15 meses depois, de seu irmão e herdeira, de Maria Luísa do Canto e Castro da Silva Ataíde (1890.01.09)<sup>8</sup>.

Quanto ao arquivo, registam os documentos que dias depois da morte de Miguel do Canto e Castro da Silva Ataíde (1888) se levou a efeito o que carta de 1893 descreve como *limpeza na adegas e lojas da [sua] caça* da Foz do Douro, no Porto. Esta *limpeza*, em termos concretos, configurou-se num processo sumário de eliminação pelo fogo. Pelo menos parte da acção foi impedida por Eduardo Abreu, primo da Casa por afinidade, depois testamenteiro e um dos herdeiros universais de Maria Luísa, médico e político terceirense de renome e deputado republicano por Lisboa eleito em 1892<sup>9</sup>. É este que acaba por ficar de posse do arquivo da Casa e que o oferece<sup>10</sup>, e envia, faseadamente, a Ernesto do Canto.

Este novo personagem, fundamental para a história custodial e não só do arquivo, nascido em 1831.12.12 e falecido em 1900.08.21, ele próprio também descendente do fundador da família Canto e Castro por via de uma terceira linha de sucessão<sup>11</sup>, é figura ilustre da cultura açoriana do século XIX, com acção destacável na vida política e social do arquipélago e da ilha de S. Miguel em particular, bem como nos estudos da história, genealogia e publicitação de fontes de conhecimento relativas aos

---

*Comunicações do Colóquio*. Angra do Heroísmo: Presidência do Governo Regional dos Açores / Direcção Regional da Cultura / Centro de Conhecimento dos Açores, 2006, pp. 47-64.

<sup>8</sup> Rute Dias Gregório – “Documentos do Fundo Ernesto do Canto: o Tombo de Pero Anes do Canto”. In *Ernesto do Canto: retratos do homem e do tempo...* Ob. cit., p. 319.

<sup>9</sup> Jorge Forjaz e António Maria Mendes – “Abreu, Eduardo”. In *Enciclopédia Açoriana*. Centro do Conhecimento dos Açores, 1977. Disponível em: <http://pg.azores.gov.pt/drac/ccca/enciclopedia/ver.aspx?id=325>. Acesso: Outubro de 2010; Jorge Forjaz – *Correspondência para o Dr. Eduardo Abreu: do Ultimato à Assembleia Nacional Constituinte (1890-1911)*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2002, particularmente à p. 96 e seguintes.

<sup>10</sup> Cf. Rute Dias Gregório – “Documentos do Fundo Ernesto do Canto...”. In *Ernesto do Canto...* Ob. cit., pp. 320-321; Jorge Pamplona Forjaz – “O Solar de Nossa Senhora dos Remédios – Canto e Castro (História e genealogia)”. In *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*. Vol. XXXVI (1978), que sobre esta herança incidiu às pp. 95-150.

<sup>11</sup> Segundo Martim Machado de Faria e Maia – “A vida operosa e meritória de Ernesto do Canto, 1831-1900”. In *Insulana*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, vol. 35/36, 1979/80, pp. 5-123.

Açores<sup>12</sup>. Em 1900, e por sua morte, todo o seu arquivo e biblioteca passaram à então Biblioteca Pública de Ponta Delgada<sup>13</sup>, hoje Biblioteca Pública e Arquivo Regional, à qual legou por disposição testamentária. Integrava-se, deste modo, no quadro de um arquivo especializado – centro de arquivos (na conceptualização de Armando Malheiro da Silva, Fernanda Ribeiro, Júlio Ramos e Manuel Luís Real), aquele que hoje se designa por Fundo Ernesto do Canto.

A actividade e funções exercidas pelo personagem, particularmente nas já referidas áreas âmbito da história, genealogia e da publicitação de fontes, explicam uma boa parte dos fluxos informacionais/documentais de entrada no respectivo arquivo pessoal ao longo dos anos. Entre muitos outros, constituem-se por unidades produzidas por pessoas colectivas e organismos públicos como a Alfândega de Ponta Delgada, a Capitania Geral dos Açores, a Provedoria dos Resíduos da Ilha de São Miguel, a Corregedoria da Comarca de Ponta Delgada, o Convento de Jesus da Ribeira Grande, os conventos de São Francisco e São João Evangelista de Ponta Delgada, as Misericórdia de Angra e de Ponta Delgada e, ainda, 3 conjuntos orgânicos (arquivos) familiares: dos Borges Bicudo, dos Costa Chaves e Melo e, naturalmente, o dos Canto e Castro (Provedores das Armadas)<sup>14</sup>.

Em termos arquivísticos, o problema que esta composição diversa Fundo Ernesto do Canto, e aparentemente ao sabor das circunstâncias, nos coloca, é sempre o de se decidir se estamos perante uma reunião avulsa e fraccionada de partes de sistemas de informação, aparentemente na forma de uma colecção, ou, e seguindo as orientações conceptuais e metodológicas de Armando Malheiro da Silva, se houve interacção de Ernesto do Canto com a documentação/informação coligida, produzindo-se “a partir daí informação própria e nova<sup>15</sup>” (estou a citar). Isto, porque tal concepção determina a

---

<sup>12</sup> Já é extensa a bibliografia produzida sobre Ernesto do Canto. Neste contexto destaquemos, entre outros, os vários estudos constantes de *Ernesto do Canto: retratos do homem e do tempo - Actas do colóquio*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2003; Maria Teresa Tomé – *Ernesto do Canto: os Açores na problemática da cultura do século XIX*. Ponta Delgada: Signo, 1989; Martim Machado de Faria e Maia – “A vida operosa e meritória de Ernesto do Canto, 1831-1900”... Ob. cit., pp. 5-123. Refira-se, também, a sua “Notícia auto-biográfica” publicada no *Arquivo dos Açores*. Edição em fac-símile. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, vol. XIII, 1983, pp. 6-8. Edição original de 1920.

<sup>13</sup> Pedro Pacheco de Medeiros – “Os manuscritos do acervo de Ernesto do Canto”. In *Ernesto do Canto: retratos do homem e do tempo. - Actas do colóquio*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2003, p. 302 e ss.

<sup>14</sup> Pedro Pacheco de Medeiros – “Os manuscritos do acervo de Ernesto do Canto”. In *Ernesto do Canto: retratos do homem e do tempo...* Ob. cit., pp. 306-307 e *passim*.

<sup>15</sup> “Arquivos de família e pessoais. Bases teórico-metodológicas para uma abordagem científica”. In *Seminário sobre arquivos de família e pessoais*. Vila Real: Associação Portuguesa de Bibliotecários,

organização do fundo documental e, consequência disso, a elaboração de qualquer instrumento de acesso. Esta é uma questão que, por via desta pesquisa, acabou por me ser colocada, pelo que não vou fugir ao repto que a propósito me lançaram.

Pesem embora as dúvidas que possam continuar a persistir na forma de entender os conjuntos documentais referidos no âmbito da articulação orgânica e/ou inorgânica com a demais documentação pessoal e familiar de Ernesto do Canto, penso que as notas e intróitos às edições documentais que o seu espírito publicista perpetrou<sup>16</sup>, os estudos biográficos, genealógicos e históricos realizados, inéditos e/ou publicados, demonstram uma interacção viva com os documentos/informação em causa, pese embora o volume e a projecção destes trabalhos (ou informação construída) tenham ficado aquém da amplitude informacional integrada no seu arquivo.

Aliás, o próprio processo que leva à inclusão do cartório dos Canto e Castro no arquivo de Ernesto do Canto é, neste concernente, bastante ilustrativo.

Na correspondência trocada entre aquele e Eduardo Abreu, destaca-se carta do último, datada de 1893. Por esta, Eduardo Abreu considerando *ser uma falta grave [...] inutilizar os papeis [...] ou conservar sem o menor proveito para a história Açoriana* – estou a citar – oferece-os a Ernesto do Canto para os colocar ao serviço daqueles que qualifica como *seus* [de Ernesto do Canto] *maravilhosos estudos*<sup>17</sup>.

Podemos, pois, dizer que o *projecto* de História (mas também de Genealogia) dos Açores, a acção/produção de Ernesto do Canto nesse âmbito (que longe ficou de concretizar mas para o qual muito contribuiu), explica a integração de informação de origem diversa no arquivo do estudioso micalense e entre a qual está o cartório da família Canto e Castro, na linha dos conhecidos por provedores das armadas dos Açores. Gerido e mantido pela família ao longo de 4 séculos (XVI-XIX), este arquivo assumirá hoje a forma de um dos sub-sistemas informacionais do complexo e rico arquivo pessoal em causa.

---

Arquivistas e Documentalistas: Grupo de Trabalho para os Arquivos de Família e Pessoais, 1997, pp. 80-81.

<sup>16</sup> A propósito do papel de publicista de Ernesto do Canto, no âmbito da edição do 13 primeiros volumes de *Arquivo dos Açores*, cf. Armando Malheiro da Silva – “O *Arquivo dos Açores* (1878-1892) de Ernesto do Canto: um modelo de ‘erudição’ histórico-arquivística: análise e superação”. In *Ernesto do Canto: retratos do homem e do tempo...* Ob. cit., pp. 219-277.

<sup>17</sup> Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada [BPARPDL]. Fundo Ernesto do Canto [FEC]: “Carta de Eduardo Abreu a Ernesto do Canto, Terceira

Não obstante, e apesar do formato de organização que aqui sustenho, integrado no arquivo pessoal de Ernesto do Canto, penso que ainda muito se pode fazer, mesmo no âmbito da Arquivística, para uma melhor organização e recuperação da informação disponível. Teçamos breves considerações a propósito.

O instrumento global de acesso ao FEC, e por isso também de acesso ao ACC, disponibilizado aos investigadores na BPARPDL, constitui-se pelo *Inventário dos livros, jornaes, manuscriptos e mappas do Dr. Ernesto do Canto legados à Bibliotheca Publica de Ponta Delgada (Ilha de São Miguel) e entregues por sua viúva D. Margarida Leite do Canto* e elaborado Eugénio do Canto e publicado em 1905<sup>18</sup>. Parcialmente também se pode contar com uma *Relação dos livros de escrituração da alfândega*, de 1901, manuscrita e da autoria do mesmo Eugénio do Canto e do então director da BPPDL Alexandre Sousa Alvim, a partir da qual em 1977/78 foi elaborada uma *Lista sumária dos livros das Alfândegas*<sup>19</sup>. A documentação manuscrita em particular conta principalmente com uma dita *Listagem dos manuscritos*, de 1978, e da autoria de Jorge Paulus Bruno (actual Director Regional da Cultura)<sup>20</sup>.

Esta última (*Listagem*) constitui o principal instrumento disponível na sala de leitura e cumpre um arrolamento/ordenação por cotas atribuídas, ditas *antigas*. É aqui que dispersas se detectam as várias unidades documentais pertencentes ao arquivo dos Canto e Castro, algumas intuitivamente associadas pelos respectivos títulos ou pela sequência numérica, outras nem tanto porque a carência de organização e de um instrumento de acesso mais elaborado inviabiliza a tradução automática ou evidente da relação orgânica entre as mesmas. Confesso que a primeira vez que associei estas unidades, o fiz um pouco por acaso e por resultado da busca exaustiva de informes para tema de tese sobre o fundador desta Casa<sup>21</sup>. Hoje pode-se detectar a sigla ACC a lápis feita em frente às unidades listadas, entretanto associadas pelos arquivistas da BPARPDL, embora apenas um conhecedor do assunto alcance que ACC significa Arquivo Canto e Castro e qual o intuito/utilidade da dita anotação.

---

<sup>18</sup> Revisto por A. F. Barata, impresso em Évora.

<sup>19</sup> Da autoria de Silvestre Rodrigues de Medeiros com base na dita *Relação dos livros de escrituração da alfândega de Ponta delgada entregues ao bibliotecário da Biblioteca Pública de Ponta Delgada pelo cabeça de casal do falecido Dr. Ernesto do Canto (manuscrito)*. Cf. Pedro Pacheco de Medeiros – “Os manuscritos do acervo Ernesto do Canto”... ob cit., pp. 302-303.

<sup>20</sup> Cf. Pedro Pacheco de Medeiros – “Os manuscritos do acervo Ernesto do Canto”... ob cit., pp. 302-303.

<sup>21</sup> *Pero Anes do Canto: um homem e um património (1473-1556)*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2001.

Está-se então em presença de um conjunto documental/informativo composto por seis grandes unidades, por sua vez compostas no total por 51 unidades de instalação (livros e/ou maços) cujo volume, abrangências temáticas e amplitudes cronológicas divergem bastante entre si. Percorramos a *Listagem dos manuscritos*, no concernente aos que já sabemos tratarem-se de unidades documentais pertencentes ao Arquivo Canto e Castro.

1. Com os n.ºs de cota *antiga* 3 a 19 da listagem atrás referida, emergem os chamados *Documentos da Casa de Miguel Canto e Castro*, compostos por 13 grossas encadernações e mais 4 maços. Os volumes apresentam o que se designam por índices e, ainda, sumários das unidades documentais criadas por Ernesto do Canto. Aqui está compreendida uma grande variedade de documentos como cartas de sesmaria, escrituras de compra e venda, contratos, testamentos, inventários, autos de partilha, sentenças, cartas de mercê e privilégio, atestados brasões de armas, bem como outros documentos gráficos. Esta documentação apresenta uma “arrumação” cronológica e baliza-se entre 1427 e 1841. De referir que os documentos mais antigos são relativos a propriedades de Portugal continental, naturalmente integradas no património por casamento ou outros nas diversas gerações da família. Claro que tanto estes ditos *Documentos da Casa de Miguel de Canto e Castro* pertenceram à dita cuja, tanto como os demais que citarei. No entanto, apenas este conjunto documental está assim designado, identificando-se claramente a proveniência.

2. No número 20 surge o *Tombo das escrituras de compras e de cartas de sesmaria por Pedro Anes do Canto*, datado de 1515 e composto por documentação correspondente ao lapso cronológico entre 1482 e 1515. A antiguidade destes documentos relativos aos Açores não passou despercebida a Ernesto do Canto, tanto mais que a grande maioria dos originais ou mesmo as cópias oficiais dos mesmos não chegaram aos nossos dias. Para o período do povoamento dos Açores, para o processo de distribuição inicial das terras, para os conflitos pela posse da terra de Quinhentos, para os modelos de exploração da propriedade recém-adquirida e recém-ocupada, este volume, a par dos cotados com o n.º 20-A e o 22 são essenciais face à escassez de informação – insistentemente apregoada - para estes tempos. Para além disso, oferece como mais nenhum a imagem de um gestor fundiário (e informacional!) empenhado, mas também de uma lógica organizativa original dos documentos que são copiados pelo próprio Pero Anes do Canto, segundo um critério geográfico, do mais recente para o

mais antigo, de molde a se constituírem autênticos processos das primeiras aquisições de propriedades perpetradas pelo fundador da Casa.

3. A cota 20 A, ou o designado por *Colecção de papeis originais por Pedro Anes do Canto e António Pires do Canto*, tanto quanto se apura nasce de arrumação feita por Ernesto do Canto e compõe-se por cópias de autos de conflito, sentenças, pelos testamentos dos dois primeiros Canto da família, por atestados de ascendência e outros. Para além dos informes pessoais, familiares e patrimoniais aí colhidos sobre os primeiros Canto das ilhas, ressaltam as informações sobre o povoamento da área Norte para Noroeste da Ilha Terceira (Quatro Ribeiras, Biscoitos, Altares) e o paroxismo dos litígios de propriedade já nas 1<sup>as</sup> décadas de Quinhentos, aqui sendo de destacar o processo exemplar envolvendo vários povoadores ilustres e fundadores de outras tantas Casas como Gonçalo Álvares Pamplona, João Ornelas da Câmara, Vasco de Borba, Pedro de Barcelos ou mesmo João Valadão.

4. Com a cota 57 encontra-se documento composto encadernado, designado por *Processo-crime, em que foi autor o procurador da fazenda e réu o Sr. João do Canto e Castro provedor das armadas e naus da Índia, em 1646*.

5. Outro documento composto emerge na chamada *Demanda sobre o vínculo instituído por Manuel Pacheco de Lima em 1557*, datada de 1727-1734, apresentando a cota 64, instituição ao tempo já administrada pela linha do primogénito de Pero Anes do Canto. A análise e correlação da mais documentação respeitante a Manuel Pacheco de Lima e seus descendentes, dispersa por vários livros por virtude da ordem cronológica documental que lhe foi conferida, torna-se essencial, tanto mais que é essa integração na Casa Canto e Castro que permite a conservação do pouco que se conhece do arquivo de família Pacheco de Lima, cujo fundador, Manuel Pacheco de Lima, faleceu em São Tomé no desempenho das funções de Embaixador do Congo. Entre a mais documentação desta família que se poderá vir a descortinar, realce-se dispersos, pelos Documentos da Casa de Miguel do canto e Castro, o testamento do fundador, mas também o dote de casamento da filha, Catarina Pacheco de Lima (vol. VII, nº 191), a título de exemplo. Por outro lado, entre outra mais documentação com a relativa aos Dias de Sampaio (também aqui existente), esta documentação comprova e estabelece a rede de relações familiares dos Canto e Castro e explica uma boa parte do processo de acumulação de riqueza e de prestígio da família ao longo dos séculos.

6. Segue-se o designado *Tombo da correspondência oficial dirigida aos provedores das armadas na ilha Terceira*, composto por 2 volumes (1º vol. 1531-56; 2º

vol. 1575-1767 – cotas 78 e 78 A), no qual apenas o 1º volume configura o formato de tombo, do século XVII. O 2º livro é composto por um conjunto de documentos do século XVI ao século XIX, entre os quais provisões, atestados e outros. Aqui também podemos encontrar missivas particulares (a partir do nº 33), por exemplo entre Pedro do Canto e Castro a sua mãe, viúva de Manuel do Canto de Castro, com missivas de Mazagão e Lisboa datadas de 1525 e 1527 (34), entre outras. Por outro lado, as demais encadernações de documentos ainda nos podem trazer documentos relativos a este ofício de família (DCMCC, IV volume, 105; vol. V, 158-159; VI, 165; VIII, nº 228). Esta função, prestigiante para a família, cria-se em 1527 com Pero Anes do Canto como primeiro provedor e extingue-se em 1818 (como vimos atrás) com a morte de José Francisco do Canto e Castro Pacheco<sup>22</sup>. No quadro da importância geoestratégica dos Açores nos primeiros séculos, no quadro da navegação atlântica e do comércio nas paragens de além-mar, esta é uma função que permite o contacto directo e quase permanente com a Coroa e os serviços da fazenda régia, o que coloca os Canto e Castro numa estrutura privilegiada, paralela, quantas vezes concorrente e em conflito com outros poderes nas ilhas (basta lembrar o já referido *Processo-crime* contra o provedor das armadas e naus da Índia, de 1646 e já referido).

7. Segue-se um outro volume encadernado contendo o Inventário da fazenda de D. Maria Caixa, viúva de João do Canto Castro Pacheco, Angra, 1666, com a cota 80.

8. E, para finalizar, das cotas 84 a 109, constituindo 26 maços com cerca de 1,20 m l ainda temos a designada por Colecção de Documentos originais com documentos que vão do século XVI ao século XIX. Este vastíssimo conjunto documental mantém a multiplicidade tipológica e a riqueza informativa que já encontrámos nos chamados *Documentos da casa de Miguel do Canto e Castro*.

Para a história, este é um arquivo de interesse (fundamentado na respectiva riqueza e longevidade) para a construção e estudo de uma linhagem portuguesa enraizada em espaços de além-mar, cujo património se estendeu a áreas reinóis e cujo impacto económico e social extravasa a realidade insular. Por outro lado, na densa teia das relações e dos modelos de socialidade que revela e traduz, este é um arquivo que espelha a organização, funções e vicissitudes de uma família ao longo do tempo, sim,

---

<sup>22</sup> Forjaz – Ob. cit...

mas também reflecte com exemplaridade so contextos mais amplos da história social, económica e política do país.

Enquanto arquivo, é também um sistema que precisa ser revelado na organicidade/funcionalidade da respectiva informação/documentação, constituindo por isso um desafio teórico e técnico estimulante para os profissionais da BPARPDL.

Conjugando-se esforços, História e Arquivística saem a ganhar, e as funções do arquivo para a construção de conhecimento poderão continuar a ser potencializadas.

No fim de um longo percurso, é ele que continua a criar condições – porque *verba valent, scripta manent* ou “as palavras voam, a escrita permanece (divisa de Ernesto do Canto) para a concretização do expressamente determinado por Pero Anes do Canto que tudo fazia “por minha memória e de minha geração”. O arquivo Canto e Castro assegura tal permanência, se essa for a vontades dos presentes e vindouros.

PRÉ-PUBLICAÇÃO